

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Erminia Maricato¹

O Brasil mudou profundamente nas últimas décadas. Uma das causas principais dessa mudança se deve à urbanização de sua sociedade. Por qualquer critério que se adote podemos dizer que a população brasileira é urbana em sua grande maioria.

Em 9 metrópoles brasileiras moram 50 milhões de pessoas. É mais do que a população de muitos países. (São Paulo equivale a um Chile e meio e Rio de Janeiro a 3 Uruguais). Oitenta por cento (80%) dos moradores de favelas estão nas metrópoles, cujos centros perdem população e cujas periferias crescem aceleradamente sem planos e sem leis, sejam urbanísticas, sejam de solução dos conflitos sociais. A violência cresce na ausência de qualquer lei dominando regiões inteiras.

Os transportes de massa são caros, ineficazes e crescentemente ilegais. O custo dos congestionamentos atinge R\$ 2,5 bilhões/ano. Os acidentes de trânsito vitimam mais de 350.000 pessoas com aproximadamente 30.000 mortes/ano. O custo desses acidentes é de mais de R\$ 5 bilhões. O espaço institucional das regiões metropolitanas não está satisfatoriamente formulado o que resulta em desencontro de ações dos entes públicos e da ausência de regulação do investimento privado, em especial aqueles relativos ao transporte e ao saneamento e ao uso do solo.

Mas os problemas urbanos estão longe de se restringir às metrópoles embora aí a escala dá o tom de dramaticidade. É nas pequenas cidades das regiões pobres que o abastecimento de água cobra urgência. É ali, e nas periferias das cidades maiores do norte e nordeste que é possível ler a conhecida e macabra correlação entre a água potável e a mortalidade infantil.

Há, em todo o país 60 milhões de pessoas sem esgoto coletado. Daquilo que é coletado, apenas 70% é tratado. O restante é despejado em rios, riachos, córregos, lagoas e praias com conseqüências graves para a fauna e a flora aquáticos além da extinção de fontes de abastecimento de água e lazer.

Apesar desse quadro, o país não contava com uma política de desenvolvimento urbano no início do ano de 2003. Hoje ela está em elaboração.

Em 1º de janeiro de 2003, com a intenção de preencher uma lacuna institucional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu a criar o Ministério das Cidades. Ele ficou encarregado das políticas nacionais para os principais problemas sociais relacionados ao território nas aglomerações urbanas: a habitação, o saneamento ambiental e o transporte e trânsito urbanos. O Denatran – Departamento Nacional de Trânsito foi transferido do Ministério da Justiça para o Ministério das Cidades e do Ministério dos Transportes foram transferidos a CBTU – Companhia Brasileira de Transporte urbano e a Trensurb – Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre. O Ministério das Cidades expressa em sua estrutura deliberação de superar a visão setorial que tantos prejuízos trouxe às nossas cidades: a moradia não pode ser tratada sem o transporte e o saneamento produzindo

¹ Profa. Titular da USP, secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989 - 1992) e Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

conjuntos habitacionais que são mais depósitos de pessoas do que cidades. Qualquer desses temas não deve ser visto isoladamente ou corporativamente mas como parte do desenvolvimento urbano que tem na política fundiária e imobiliária um de seus eixos centrais.

O Ministério é gestor de recursos da União e do FGTS que se aplicam à moradia, ao saneamento e ao transporte urbano e seu principal operador é a Caixa Econômica Federal.

A constituição Federal de 88 definiu para o país um novo pacto federativo atribuindo ao município uma grande autonomia e importância. Além das atribuições sobre o saneamento e o transporte municipal, deu-lhe também a competência sobre o uso e a ocupação do solo, cujos preceitos foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

O Ministério das Cidades não pretende ignorar essa orientação de descentralização mas ao contrário reafirmá-las capacitando tecnicamente as prefeituras para melhor exercê-las. Já começou a fazê-lo por meio de programas e ações relacionadas à elaboração de Planos Diretores, modernização das informações cadastrais e cartográficas, regularização das terras irregulares prevenção à ocupação de áreas de risco de desmoronamentos, educação para o trânsito, elaboração de políticas para favelas, coleta e destinação sustentável do lixo, entre muitos outros.

Essa tarefa de capacitação de quadros técnicos e modernização da administração municipal pretende criar um movimento institucional e também social de modernização administrativa que unifique esforços públicos e privados em torno de rumos e diretrizes que superem a falta de informações sobre a própria realidade local (poucos municípios brasileiros tem seus cadastros atualizados e cobram regulamente o IPTU) e a definição de planos.

Apesar de considerar esse movimento pedagógico de fortalecimento do municípios em suas competências, importante, o governo federal tem outros papéis que lhe cabem especificamente. O desenho de um novo Sistema Nacional de Habitação permitirá abandonar a linha errática que vem caracterizando a atuação do governo federal desde o final do BNH- Banco Nacional da Habitação em 1986. Esse novo Sistema vai requerer a ampliação do mercado residencial privado, restrito a 30% da população brasileira. Os empresários privados são parceiros do Ministério das Cidades para a definição de uma agenda para ampliar o mercado. O trabalho está em curso. Está em curso também uma concertação com as cooperativas habitacionais que também estão sendo chamadas para ocupar um espaço mais amplo na produção de moradias. É preciso remover os obstáculos que impedem que as iniciativas privadas, lucrativa e não lucrativa, produzam para a classe média: o professor secundário, o bancário, o policial, trabalhadores regularmente empregados, muitos dos quais estão morando em favelas por falta de alternativas.

Os subsídios oficiais de municípios, governos estaduais e federal (cujo montante espera-se que seja relevante após superada a crise atual) deverão ficar restritos à população de baixa renda da qual se ocuparão os poderes públicos.

O saneamento básico, competência dada aos municípios pela Constituição Federal 88 está a exigir uma revisão do marco regulatório de modo a fortalecer os investimentos públicos e privados que esse setor, fundamental para a saúde humana, viu minguarem nos últimos 5 anos. A tarefa está ao cargo de um grupo interministerial coordenado pelo Ministério das Cidades e deverá ser finalizada antes de findar o ano corrente. O mesmo

podemos dizer dos transportes e da mobilidade urbana que é o tema mais explosivo das regiões metropolitanas, sobre o qual os governos vem perdendo a capacidade administrativa.

Algumas das tarefas mencionadas são principalmente de médio prazo mas assim como é necessário a visão estratégica e duradoura para o futuro há aquelas emergenciais. Dentre elas está a crise de moradia. Para dar uma resposta rápida a ela o Ministério das Cidades está propondo uma ação emergencial que ora está em avaliação na Casa Civil já que se trata de uma ação interministerial. Enquanto isso 1600 obras que estavam paralisadas (em 2001 e 2002) foram retomadas; R\$ 2 bilhões de reais do FGTS já foram contratados (habitação e saneamento), está em andamento os leilões e contratação da parte restante dos R\$ 350 milhões anuais relativos ao PSH- Programa de Subsídio Habitacional que se destina à população de renda entre 0 e 3 s. m. onde se concentra 85% do déficit habitacional. Na área do transporte regulamentou-se a disponibilidade de R\$ 250 milhões de empréstimo para obras (Programa PróTransporte) e retomou-se a construção de quatro metrô. Apesar de tudo isso, a demanda é muito maior do que a disponibilidade de recursos, daí a necessidade de planejamento e uma consertação nacional para identificar os papéis de cada um de forma a garantir, além de uma reforma urbana, recursos regulares a longo prazo, para o financiamento ao desenvolvimento urbano.

O Ministério das Cidades está convocando a Conferência Nacional das Cidades para o mês de outubro em Brasília. Ela está sendo precedida de Conferências em 1040 municípios e em todos os Estados da Federação, sob a liderança de cada Governo Estadual.

Além da definição de diretrizes e prioridades para a política nacional de desenvolvimento urbano a Conferência das Cidades elegerá o Conselho das Cidades, organismo formado pelas entidades representativas de municípios, governos estaduais, ONGs, empresários privados, movimentos sociais, profissionais, universidade, centros de pesquisa, para fazer parte da Estrutura do Ministério.

Com a ajuda do Conselho das Cidades e demais entes federativos, o Ministério das Cidades espera poder tornar nossas cidades mais humanas de forma que os cidadãos possam usufruí-las e ter despertado seu potencial de criatividade e solidariedade ao invés de sofrê-las e ser castigados por elas. Propõe-se o fim do analfabetismo urbanístico para que cada um pense, elabore propostas e viva sua cidade como o lugar do encontro.